

Relatório da Administração 2025



Mensagem da Administração

No exercício social de 2025, a sociedade promoveu processo de reestruturação estratégica e reposicionamento institucional, passando a adotar a denominação fantasia ConectaPlan Administradora de Benefícios, anteriormente conhecida como Catedral Administradora de Benefícios. A alteração esteve restrita à identidade de marca e ao posicionamento institucional, não implicando modificação da natureza jurídica, objeto social ou enquadramento regulatório da companhia, que permanece caracterizada como Administradora de Benefícios, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Ao longo do exercício, a sociedade manteve como atividades principais a administração de contratos coletivos por adesão, o apoio técnico-operacional às operadoras parceiras, a gestão administrativa da carteira de beneficiários e o suporte à rede de corretores. Foram implementadas melhorias nos processos internos, com ênfase na digitalização de rotinas, aprimoramento dos canais de atendimento e atualização das plataformas de comercialização, visando maior eficiência operacional, controle e rastreabilidade das informações.

No período, a Administradora iniciou atuação no interior do Estado de São Paulo, com destaque para a formalização de parceria comercial com a Santa Casa de Ribeirão Preto, ampliando o portfólio administrado e sua área geográfica de operação. A expansão foi conduzida de forma estruturada, observando a capacidade operacional da companhia e seu planejamento estratégico.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refletem a continuidade das operações da sociedade, evidenciando estrutura patrimonial compatível com seu porte, evolução das receitas decorrentes da administração de contratos e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, com controle das despesas operacionais. A Administração declara que não houve, no exercício, fatos relevantes que comprometam a continuidade operacional da companhia.

A ConectaPlan mantém registro ativo perante a ANS e atua em conformidade com as normas aplicáveis às Administradoras de Benefícios. Considerando seu porte e a regulamentação vigente, não está sujeita à obrigatoriedade de publicação de Relatório da Administração nos moldes exigidos para operadoras de planos de saúde, apresentando o presente documento para fins de contextualização das demonstrações financeiras e transparência institucional.

A Administração permanece comprometida com a consolidação da expansão iniciada em 2025, o fortalecimento das parcerias estratégicas e o aprimoramento contínuo de seus processos operacionais e de governança.

A Administração

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda

**Demonstrações financeiras
dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante		638.945	724.825
Disponível	5	385.670	686.756
Realizável		253.275	38.069
Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	6	85.404	31.012
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		85.025	28.203
Outros Créditos de Op.de Assist. Médico-hospitalar		379	2.809
Créditos Tributários e Previdenciários		9.378	6.877
Bens e Títulos a Receber	7	158.493	180
Ativo não circulante		6.000	6.000
Realizável a longo prazo		6.000	6.000
Outros créditos a receber		6.000	6.000
Total do ativo		644.945	730.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2025	2024
Passivo			
Passivo circulante		151.591	167.026
Débitos Operações de Assistência à Saúde		-	5.535
Receita antecipada de contraprestações / prêmios		-	5.535
Provisões		10.668	-
Provisões para Ações Judiciais	9	10.668	
Tributos e Encargos a recolher	8	110.335	2.284
Débitos diversos		30.588	159.207
Patrimônio líquido	11	493.354	563.799
Capital social		1.000.000	1.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		665.578	665.578
Prejuízos acumulados		(1.172.224)	(1.101.779)
Total do passivo		644.945	730.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	2025	2024
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		47.368	271.417
Receitas com Administração		87.366	300.415
Tributos diretos de operações de planos de assistência à saúde		(39.998)	(28.998)
Resultado de operações com planos de assistência de saúde		47.368	271.417
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	12	485.026	-
Outras Despesas Op. com plano de assist. à saúde		(73.011)	(146.320)
Provisão para Perdas sobre créditos		(73.011)	(146.320)
Resultado bruto		459.383	125.097
Despesas de comercialização		(29.749)	(150.830)
Despesas administrativos	13	(405.931)	(362.939)
Resultado financeiro líquido	14	(25.563)	(1.935)
Receitas financeiros		15.412	17.824
Despesas financeiros		(40.975)	(19.759)
Resultado patrimonial		-	(29.813)
Despesas patrimoniais		-	(29.813)
Prejuízo antes dos impostos e participações		(1.860)	(420.420)
Imposto de Renda		(48.831)	-
Contribuição Social		(19.754)	-
Prejuízo do exercício		(70.445)	(420.420)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(70.445)	(420.420)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	(70.445)	(420.420)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Demonstrações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro

Em reais

	Adiantamento para futuro			Total
	Capital Social	aumento de capital	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000.000	65.578	(681.359)	384.219
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	600.000		600.000
Prejuízo do exercício	-	-	(420.420)	(420.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000.000	665.578	(1.101.779)	563.799
Prejuízo do exercício	-	-	(70.445)	(70.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.000.000	665.578	(1.172.224)	493.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Demonstrações do fluxo de caixa – método direto

Em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	819.947	1.412.471
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	-	1.513.977
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	12.445	204
(+) Outros Recebimentos Operacionais	5.329	151.703
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(867.535)	(1.535.688)
(-) Pagamento de Pessoal	(14.800)	(7.942)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(18.460)	-
(-) Pagamento de Tributos	(48.319)	(72.884)
(-) Pagamentos de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(8.432)	-
(-) Aplicações Financeiras	-	(1.339.909)
(-) Outros pagamentos operacionais	(181.261)	(70.372)
Caixa líquido das atividades operacionais	(301.086)	51.560
Atividades de investimento		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	(35.186)
(-) Outros recebimentos das Atividades de Investimento	-	70.372
Caixa líquido das atividades de investimento	-	35.186
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	600.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	600.000
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(301.086)	686.746
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	686.756	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	385.670	686.756
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(301.086)	686.746

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

1 Contexto operacional

A Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda., pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade empresária limitada em 21 de fevereiro de 2022, inscrita no CNPJ sob o Nº 45.400.278/0001-94, tem por objetivo principal o desenvolvimento de atividades de operadora de planos de saúde, na modalidade de administradora de benefícios, estando sujeita à regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador da atividade, conforme dispõe a Resolução Normativa RN nº 196, de 14 de julho de 2009.

A Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda., tem sua sede e na cidade São Paulo - SP, localizada na Alameda Santos, 2441, 4º andar, conjuntos 41 e 42, podendo a qualquer momento, criar, manter e extinguir filiais, em todos os pontos do território nacional ou no exterior, a critério dos sócios, possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 42.322-0, na modalidade de administradora de benefícios.

A administradora atua por modelo de negócio o desenvolvimento de produtos relacionados ao mercado de saúde suplementar, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Promover a reunião de pessoas jurídicas contratantes na forma do artigo 23 da RN nº 195, de 14 de julho de 2009, da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- Contratar plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar;
- Oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes;

- Apoio técnico na discussão de aspectos operacionais, tais como: Negociação de reajuste, aplicação de mecanismos de regulação pela operadora de plano de saúde e alteração de rede assistencial.

2 Ambiente regulatório

2.1 Regulamentação

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Empresa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

As Administradoras de benefícios estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 569/2022, RN 521/2022, RN 574/2023 e alterações vigentes:

A. Patrimônio líquido ajustado - PLA

Patrimônio Líquido ou Social, apurado nas Demonstrações contábeis da Administradora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela RN 569/2022, a saber:

- I - dedução das participações diretas ou indiretas em outras operadoras de planos de assistência à saúde e em entidades financeiras, de seguros, resseguros e de previdência privada aberta ou fechada sujeitas à supervisão de outros órgãos federais de supervisão econômica setorial;
- II - dedução dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social;
- III - dedução das despesas diferidas;
- IV - dedução das despesas antecipadas;
- V - dedução do ativo não circulante intangível; e
- VI - dedução do valor de *goodwill* das participações diretas ou indiretas não contempladas no inciso I do artigo 7º.

A Empresa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

Em 31 de dezembro de 2025 o PLA da Empresa era de R\$ 493.354 (R\$ 563.799 em 2024).

B. Capital base - CB

O CB deve ser calculado a partir da multiplicação do fator 'K' pelo capital de referência que é atualizado anualmente, tendo como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 31 de dezembro de 2025 o capital de referência divulgado pela ANS foi de R\$ 12.328.082 (R\$ 11.701.894 em 2024).

O fator "K" vigente em dezembro de 2025 corresponde a 2,92%, de modo que o Capital base da Empresa é de R\$ 359.980 (R\$ 341.695 em 2024).

C. Capital baseado em risco

A RN nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da Administradora é de R\$ 29.699.

D. Capital regulatório

O capital regulatório a ser observado pelas operadoras será o maior entre os seguintes valores:

I - Capital base; ou

II - Capital baseado em riscos.

O capital regulatório da Empresa é suficiente conforme demonstrado a seguir:

	Valores
Necessidade de capital regulatório	29.699
Patrimônio líquido ajustado	493.354
Suficiência	463.655

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN 528/2022 e alterações vigentes, como também parcialmente aos aspectos relacionados às leis 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2024, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 528/2022 e alterações vigentes, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3).

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 26 de fevereiro de 2026. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como, aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2025 são:

- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde – nota explicativa 6;
- (ii) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 9.

4 Principais práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no

resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Empresa compreendem: disponível; aplicações financeiras; créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com planos de saúde da operadora; e bens e títulos a receber.

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece passivos financeiros, inicialmente, na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Empresa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis; débitos de operações de assistência à saúde; e débitos diversos.

4.3 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por meio de Resolução Normativa da ANS, conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão a Empresa efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos. Essas operações são contabilizadas na rubrica do ativo "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", em contrapartida das rubricas de valores devidos às operadoras e às contas de resultado relativas à taxa de administração. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica "Receita antecipada de contraprestações".

A Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias de acordo com o item 10.2.3.2 do Capítulo I do ANEXO I da RN 528/2022, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

4.5 Arrendamentos

A Empresa avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende:

- (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data;
- (iii) custos diretos incorridos; e
- (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta “Imobilizado”.

O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta “Passivo de Arrendamentos”.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

A Empresa não possui contratos que contém arrendamento, nos termos da norma vigente, em 2025 e em 2024.

4.6 Débitos de operações de administração de benefícios

Representado pelos valores a pagar de repasse das contraprestações pecuniárias para as operadoras.

4.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.10 Receita operacional

4.10.1 Reconhecimento da receita

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” a taxa de administração de benefícios de planos, deduzidas os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de ocorrência.

4.10.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros e despesas bancárias.

4.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Calculados com base no lucro real, tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal.

5 Disponível

	2025	2024
Bancos conta movimento	<u>1</u>	<u>1</u>
Aplicação de liquidez imediata - aplicação automática	385.669	686.755
	<u>385.670</u>	<u>686.756</u>

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e

representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e fundo de investimento. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2025	2024
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		
Estipulantes - Créditos de Oper/ com Planos de Assistência à Saúde	85.025	37.618
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	-	(9.415)
	85.025	28.203
Outros Créditos de Assistência Médico-hospitalar		
Outros Créd. Oper Assist Med-Hosp.	379	2.809
	379	2.809
	85.404	31.012

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias para os demais planos, conforme critérios estabelecidos na RN nº 528 da Agência de Saúde Suplementar (ANS). A Administração em análise dos créditos vencidos e a vencer não tem expectativa de perdas para os créditos em aberto.

7 Bens e títulos a receber

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	158.493	180
	158.493	180

Refere-se a adiantamentos a fornecedores a serem liquidados mediante a efetividade da prestação de serviços.

8 Tributos e encargos sociais a recolher

	2025	2024
IRPJ a Pagar	48.831	-
CSLL a Pagar	19.754	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	9.724	1.160
COFINS a Recolher	19.447	928
PIS a Recolher	3.160	151
IRRF	2.663	45
INSS a Pagar	5.139	-
FGTS a Recolher	723	-
Pis/Cofins/Csll 5952	894	-
	110.335	2.284

9 Provisões para ações judiciais

Encontram-se em questionamentos ações na área cível cuja expectativa de perda é provável no montante de R\$ 10.668. A Administração da Empresa, suportada pela assessoria jurídica, entende que o montante registrado contabilmente no exercício de 2025 é suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis.

A Empresa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Empresa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

10 Passivos contingentes

A Empresa está se defendendo de ações de natureza cíveis sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2025, essas demandas classificadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível são na ordem de R\$ 20.622 (R\$ 513.680 em 2024).

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

Composto por 1.000.000 de cotas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, totalmente subscrito e integralizado no valor nominal de R\$1,00 cada uma, pertencentes na sua totalidade por quotistas sediados no Brasil.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Empresa possui o montante de R\$ 665.778 mil como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O montante recebido não possui cláusula de remuneração ou prazo determinado para conversão em capital, sendo destinado ao fortalecimento da estrutura financeira da Empresa.

c) Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados serão absorvidos por lucros futuros.

12 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Em 2025, as outras receitas operacionais no montante de R\$ 485.026 refere-se a receita na venda da exclusividade na comercialização de vidas, contratualizado com a *Alter Corretora de Seguros Ltda.* que é parte relacionada da Empresa, pertencente ao mesmo grupo econômico com sócios comuns.

13 Despesas administrativas

	2025	2024
Despesa com pessoal próprio	(128.838)	(137.114)
Despesa com serviços de terceiros	(193.451)	(125.301)
Despesa com localização e funcionamento	(55.074)	(65.890)
Despesa com publicidade e propaganda institucional	(6.230)	(32.959)
Despesa com tributos	(56)	(1.346)

Multas administrativas	(9.837)	-
Despesas administrativas diversas	(12.445)	(329)
	(405.931)	(362.939)

14 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	12.380	2.059
Receita por recebimento em atraso	3.032	14.507
Outras receitas financeiras	-	1.258
	15.412	17.824
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(1.110)	(3.838)
Despesas bancárias e diversas	(6.511)	(14.323)
Despesas com repasse para entidades	(33.354)	(1.598)
	(40.975)	(19.759)
	(25.563)	(1.935)

15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

15.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Empresa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

15.2 Gerenciamento de Riscos

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Risco de crédito

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Empresa decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é de:

	Nota	2025	2024
Disponível		385.670	686.756
Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	85.404	31.012
Bens e títulos a receber	7	158.493	180
		629.567	717.948

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota explicativa 4.3.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2025 e em 2024 a Empresa apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 487.354 e R\$ 557.799, respectivamente.

A Empresa, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Empresa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata e de baixo risco, exceto as aplicações garantidoras da ANS e os fundos imobiliários.

Para avaliação do risco de liquidez a Empresa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui, aproximadamente, 60% (94% em 2024) do seu ativo total registrado como disponível.

(iii) Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

(iv) Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

(v) Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(vi) Risco Operacional

Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

16 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(70.445)	(420.420)
Ajuste do resultado do exercício		
Provisão para Perdas sobre créditos	73.011	146.320
Provisões para ações judiciais	10.668	-
Variação dos ativos:		
Aplicação financeira	-	172.661
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(127.403)	(137.921)
Créditos tributários e previdenciários	(2.501)	(607)
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	(158.313)	186.731
Depósitos judiciais	-	-
Variação dos passivos:		
Débitos de operações de assistência à saúde	(5.535)	(16.350)
Tributos e encargos sociais a recolher	108.051	(4.313)
Débitos diversos	(128.619)	125.459

Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido das atividades operacionais - pelo método indireto	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>
Caixa líquido das atividades operacionais - pelo método direto	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>

17 Cobertura de seguro

A Administração da Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18 Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária do Consumo, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, a qual prevê a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo por novos tributos, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, com implementação gradual a partir de 2026).

A Administração encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da referida reforma sobre as operações, os resultados, a posição financeira e os fluxos de caixa da Empresa, incluindo, entre outros aspectos, possíveis efeitos sobre julgamentos contábeis, estimativas, mecanismos atualmente existentes de creditamento, considerando as disposições legais aplicáveis e os esclarecimentos regulatórios que venham a ser emitidos pelos órgãos competentes, estrutura de preços e contratos com clientes e fornecedores.

Até a data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis, não foi possível mensurar os impactos quantitativos da Reforma Tributária, em função das incertezas relacionadas ao período de transição, à definição das alíquotas aplicáveis e à regulamentação infralegal ainda em desenvolvimento. A Administração

continuará acompanhando a evolução da legislação e dos atos normativos complementares, revisando suas análises, estimativas e divulgações conforme aplicável.

19 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, 26 de fevereiro de 2025, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Empresa.

Pedro Augusto Barquete Rezende
Diretor Presidente.

Paulo Alessandro Gonçalves
CPF: 293.727.338-65
CRC: 1SP 227.060/O-7

RA-064-2026

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

**Demonstrações Financeiras dos Exercícios
findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
e o Relatório dos Auditores Independentes**



Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxod e caixa – método direto	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Transações com partes relacionadas

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa 12, que demonstra que uma parcela relevante das receitas auferidas pela Empresa no exercício de 2025, não está relacionada diretamente com sua operação. Se este fato não tivesse ocorrido os resultados de suas operações poderiam ser diferentes aos que foram apresentados.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente



para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.


(iii) avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

(iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras, caso venham a existir, podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 26 de fevereiro de 2026.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3



Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.
Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>		<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo				Passivo			
Ativo circulante		638.945	724.825	Passivo circulante		151.591	167.026
Disponível	5	385.670	686.756	Débitos Operações de Assistência à Saúde		-	5.535
Realizável		253.275	38.069	Receita antecipada de contraprestações / prêmios		-	5.535
Créditos de Operações com Planos de Assist. à Saúde	6	85.404	31.012	Provisões		10.668	-
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		85.025	28.203	Provisões para Ações Judiciais	9	10.668	
Outros Créditos de Op.de Assist. Médico-hospitalar		379	2.809	Tributos e Encargos a recolher	8	110.335	2.284
Créditos Tributários e Previdenciários		9.378	6.877	Débitos diversos		30.588	159.207
Bens e Títulos a Receber	7	158.493	180	Patrimônio líquido	11	493.354	563.799
Ativo não circulante		6.000	6.000	Capital social		1.000.000	1.000.000
Realizável a longo prazo		6.000	6.000	Adiantamento para futuro aumento de capital		665.578	665.578
Outros créditos a receber		6.000	6.000	Prejuízos acumulados		(1.172.224)	(1.101.779)
Total do ativo		644.945	730.825	Total do passivo		644.945	730.825

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda. Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		47.368	271.417
Receitas com Administração		87.366	300.415
Tributos diretos de operações de planos de assistência à saúde		(39.998)	(28.998)
Resultado de operações com planos de assistência de saúde		47.368	271.417
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	12	485.026	-
Outras Despesas Op. com plano de assist. à saúde		(73.011)	(146.320)
Provisão para Perdas sobre créditos		(73.011)	(146.320)
Resultado bruto		459.383	125.097
Despesas de comercialização		(29.749)	(150.830)
Despesas administrativas	13	(405.931)	(362.939)
Resultado financeiro líquido	14	(25.563)	(1.935)
Receitas financeiros		15.412	17.824
Despesas financeiros		(40.975)	(19.759)
Resultado patrimonial		-	(29.813)
Despesas patrimoniais		-	(29.813)
Prejuízo antes dos impostos e participações		(1.860)	(420.420)
Imposto de Renda		(48.831)	-
Contribuição Social		(19.754)	-
Prejuízo do exercício		(70.445)	(420.420)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.
Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(70.445)</u>	<u>(420.420)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<u><u>(70.445)</u></u>	<u><u>(420.420)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda. **Demonstrações do patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro
Em reais

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000.000	65.578	(681.359)	384.219
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	600.000		600.000
Prejuízo do exercício	-	-	(420.420)	(420.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.000.000	665.578	(1.101.779)	563.799
Prejuízo do exercício	-	-	(70.445)	(70.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.000.000	665.578	(1.172.224)	493.354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.
Demonstrações do fluxo de caixa – método direto

Em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Atividades operacionais		
(+) Recebimentos de planos de saúde	819.947	1.412.471
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	-	1.513.977
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	12.445	204
(+) Outros Recebimentos Operacionais	5.329	151.703
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(867.535)	(1.535.688)
(-) Pagamento de Pessoal	(14.800)	(7.942)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(18.460)	-
(-) Pagamento de Tributos	(48.319)	(72.884)
(-) Pagamentos de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(8.432)	-
(-) Aplicações Financeiras	-	(1.339.909)
(-) Outros pagamentos operacionais	(181.261)	(70.372)
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>
Atividades de investimento		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	(35.186)
(-) Outros recebimentos das Atividades de Investimento	-	70.372
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>35.186</u>
Atividades de financiamento		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	600.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>600.000</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(301.086)</u>	<u>686.746</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	686.756	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>385.670</u>	<u>686.756</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(301.086)</u>	<u>686.746</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

1 Contexto operacional

A Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda., pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade empresária limitada em 21 de fevereiro de 2022, inscrita no CNPJ sob o Nº 45.400.278/0001-94, tem por objetivo principal o desenvolvimento de atividades de operadora de planos de saúde, na modalidade de administradora de benefícios, estando sujeita à regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador da atividade, conforme dispõe a Resolução Normativa RN nº 196, de 14 de julho de 2009.

A Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda., tem sua sede e na cidade São Paulo - SP, localizada na Alameda Santos, 2441, 4º andar, conjuntos 41 e 42, podendo a qualquer momento, criar, manter e extinguir filiais, em todos os pontos do território nacional ou no exterior, a critério dos sócios, possui registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 42.322-0, na modalidade de administradora de benefícios.

A administradora atua por modelo de negócio o desenvolvimento de produtos relacionados ao mercado de saúde suplementar, desenvolvendo as seguintes atividades:

- Promover a reunião de pessoas jurídicas contratantes na forma do artigo 23 da RN nº 195, de 14 de julho de 2009, da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- Contratar plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar;
- Oferecimento de planos para associados das pessoas jurídicas contratantes;
- Apoio técnico na discussão de aspectos operacionais, tais como: Negociação de reajuste, aplicação de mecanismos de regulação pela operadora de plano de saúde e alteração de rede assistencial.

2 Ambiente regulatório

2.1 Regulamentação

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Empresa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

As Administradoras de benefícios estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 569/2022, RN 521/2022, RN 574/2023 e alterações vigentes:

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

A. Patrimônio líquido ajustado - PLA

Patrimônio Líquido ou Social, apurado nas Demonstrações contábeis da Administradora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela RN 569/2022, a saber:

- I - dedução das participações diretas ou indiretas em outras operadoras de planos de assistência à saúde e em entidades financeiras, de seguros, resseguros e de previdência privada aberta ou fechada sujeitas à supervisão de outros órgãos federais de supervisão econômica setorial;
- II - dedução dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social;
- III - dedução das despesas diferidas;
- IV - dedução das despesas antecipadas;
- V - dedução do ativo não circulante intangível; e
- VI - dedução do valor de *goodwill* das participações diretas ou indiretas não contempladas no inciso I do artigo 7º.

A Empresa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

Em 31 de dezembro de 2025 o PLA da Empresa era de R\$ 493.354 (R\$ 563.799 em 2024).

B. Capital base - CB

O CB deve ser calculado a partir da multiplicação do fator 'K' pelo capital de referência que é atualizado anualmente, tendo como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 31 de dezembro de 2025 o capital de referência divulgado pela ANS foi de R\$ 12.328.082 (R\$ 11.701.894 em 2024).

O fator "K" vigente em dezembro de 2025 corresponde a 2,92%, de modo que o Capital base da Empresa é de R\$ 359.980 (R\$ 341.695 em 2024).

C. Capital baseado em risco

A RN nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da Administradora é de R\$ 29.699.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

D. Capital regulatório

O capital regulatório a ser observado pelas operadoras será o maior entre os seguintes valores:

I - Capital base; ou

II - Capital baseado em riscos.

O capital regulatório da Empresa é suficiente conforme demonstrado a seguir:

	<u>Valores</u>
Necessidade de capital regulatório	29.699
Patrimônio Líquido ajustado	493.354
Suficiência	<u>463.655</u>

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente, com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN 528/2022 e alterações vigentes, como também parcialmente aos aspectos relacionados às leis 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2024, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 528/2022 e alterações vigentes, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3).

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Empresa em 26 de fevereiro de 2026. A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas pela Empresa e que possuem maior complexidade, bem como, aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2025 são:

- (i)** Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde – nota explicativa 6;
- (ii)** Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 9.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4 Principais práticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Empresa compreendem: disponível; aplicações financeiras; créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com planos de saúde da operadora; e bens e títulos a receber.

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

A Empresa reconhece passivos financeiros, inicialmente, na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Empresa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis; débitos de operações de assistência à saúde; e débitos diversos.

4.3 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por meio de Resolução Normativa da ANS, conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão a Empresa efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos. Essas operações são contabilizadas na rubrica do ativo "Créditos de operações com planos de assistência à saúde", em contrapartida das rubricas de valores devidos às operadoras e às contas de resultado relativas à taxa de administração. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica "Receita antecipada de contraprestações".

A Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias de acordo com o item 10.2.3.2 do Capítulo I do ANEXO I da RN 528/2022, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.5 Arrendamentos

A Empresa avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. As isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende:

- (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data;
- (iii) custos diretos incorridos; e
- (iv) estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na conta “Imobilizado”.

O passivo do arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontado pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecida na conta “Passivo de Arrendamentos”.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

A Empresa não possui contratos que contém arrendamento, nos termos da norma vigente, em 2025 e em 2024.

4.6 Débitos de operações de administração de benefícios

Representado pelos valores a pagar de repasse das contraprestações pecuniárias para as operadoras.

4.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

4.10 Receita operacional

4.10.1 Reconhecimento da receita

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” a taxa de administração de benefícios de planos, deduzidas os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de ocorrência.

4.10.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros e despesas bancárias.

4.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes

Calculados com base no lucro real, tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal.

5 Disponível

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	1	1
Aplicação de liquidez imediata - aplicação automática	385.669	686.755
	<u>385.670</u>	<u>686.756</u>

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e fundo de investimento. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Empresa.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		
Estipulantes - Créditos de Oper/ com Planos de Assistência à Saúde	85.025	37.618
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	-	(9.415)
	<u>85.025</u>	<u>28.203</u>
Outros Créditos de Assistência Médico-hospitalar		
Outros Créd. Oper Assist Med-Hosp.	379	2.809
	<u>379</u>	<u>2.809</u>
	<u>85.404</u>	<u>31.012</u>

(i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 90 dias para os demais planos, conforme critérios estabelecidos na RN nº 528 da Agência de Saúde Suplementar (ANS). A Administração em análise dos créditos vencidos e a vencer não tem expectativa de perdas para os créditos em aberto.

7 Bens e títulos a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamento a fornecedores	158.493	180
	<u>158.493</u>	<u>180</u>

Refere-se a adiantamentos a fornecedores a serem liquidados mediante a efetividade da prestação de serviços.

8 Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IRPJ a Pagar	48.831	-
CSLL a Pagar	19.754	-
Imposto Sobre Serviços - ISS	9.724	1.160
COFINS a Recolher	19.447	928
PIS a Recolher	3.160	151
IRRF	2.663	45
INSS a Pagar	5.139	-
FGTS a Recolher	723	-
Pis/Cofins/Csll 5952	894	-
	<u>110.335</u>	<u>2.284</u>

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

9 Provisões para ações judiciais

Encontram-se em questionamentos ações na área cível cuja expectativa de perda é provável no montante de R\$ 10.668. A Administração da Empresa, suportada pela assessoria jurídica, entende que o montante registrado contabilmente no exercício de 2025 é suficiente para cobrir eventuais perdas prováveis.

A Empresa, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Empresa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Empresa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

10 Passivos contingentes

A Empresa está se defendendo de ações de natureza cíveis sob as quais ainda há de ser confirmado se terá ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2025, essas demandas classificadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível são na ordem de R\$ 20.622 (R\$ 513.680 em 2024).

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

Composto por 1.000.000 de cotas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, totalmente subscrito e integralizado no valor nominal de R\$1,00 cada uma, pertencentes na sua totalidade por quotistas sediados no Brasil.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Empresa possui o montante de R\$ 665.778 mil como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O montante recebido não possui cláusula de remuneração ou prazo determinado para conversão em capital, sendo destinado ao fortalecimento da estrutura financeira da Empresa.

c) Prejuízos acumulados

Os prejuízos acumulados serão absorvidos por lucros futuros.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

12 Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde

Em 2025, as outras receitas operacionais no montante de R\$ 485.026 refere-se a receita na venda da exclusividade na comercialização de vidas, contratualizado com a *Alter Corretora de Seguros Ltda.* que é parte relacionada da Empresa, pertencente ao mesmo grupo econômico com sócios comuns.

13 Despesas administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesa com pessoal próprio	(128.838)	(137.114)
Despesa com serviços de terceiros	(193.451)	(125.301)
Despesa com localização e funcionamento	(55.074)	(65.890)
Despesa com publicidade e propaganda institucional	(6.230)	(32.959)
Despesa com tributos	(56)	(1.346)
Multas administrativas	(9.837)	-
Despesas administrativas diversas	(12.445)	(329)
	<u>(405.931)</u>	<u>(362.939)</u>

14 Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	12.380	2.059
Receita por recebimento em atraso	3.032	14.507
Outras receitas financeiras	-	1.258
	<u>15.412</u>	<u>17.824</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(1.110)	(3.838)
Despesas bancárias e diversas	(6.511)	(14.323)
Despesas com repasse para entidades	(33.354)	(1.598)
	<u>(40.975)</u>	<u>(19.759)</u>
	<u>(25.563)</u>	<u>(1.935)</u>

15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

15.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Empresa não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e de 2024.

15.2 Gerenciamento de Riscos

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Risco de crédito

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Empresa decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é de:

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Disponível		385.670	686.756
Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	85.404	31.012
Bens e títulos a receber	7	158.493	180
		<u>629.567</u>	<u>717.948</u>

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota explicativa 4.3.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2025 e em 2024 a Empresa apresenta capital circulante líquido positivo de R\$ 487.354 e R\$ 557.799, respectivamente.

A Empresa, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Empresa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata e de baixo risco, exceto as aplicações garantidoras da ANS e os fundos imobiliários.

Para avaliação do risco de liquidez a Empresa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui, aproximadamente, 60% (94% em 2024) do seu ativo total registrado como disponível.

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

(iii) Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

(iv) Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

(v) Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(vi) Risco Operacional

Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

16 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(70.445)	(420.420)
Ajuste do resultado do exercício		
Provisão para Perdas sobre créditos	73.011	146.320
Provisões para ações judiciais	10.668	-
Variação dos ativos:		
Aplicação financeira	-	172.661
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(127.403)	(137.921)
Créditos tributários e previdenciários	(2.501)	(607)
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	(158.313)	186.731
Depósitos judiciais	-	-
Variação dos passivos:		
Débitos de operações de assistência à saúde	(5.535)	(16.350)
Tributos e encargos sociais a recolher	108.051	(4.313)
Débitos diversos	(128.619)	125.459
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Caixa líquido das atividades operacionais - pelo método indireto	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>
Caixa líquido das atividades operacionais - pelo método direto	<u>(301.086)</u>	<u>51.560</u>

Conectaplan Administradora de Benefícios Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
Em reais

17 Cobertura de seguro

A Administração da Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18 Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária do Consumo, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, a qual prevê a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo por novos tributos, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, com implementação gradual a partir de 2026).

A Administração encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos decorrentes da referida reforma sobre as operações, os resultados, a posição financeira e os fluxos de caixa da Empresa, incluindo, entre outros aspectos, possíveis efeitos sobre julgamentos contábeis, estimativas, mecanismos atualmente existentes de creditamento, considerando as disposições legais aplicáveis e os esclarecimentos regulatórios que venham a ser emitidos pelos órgãos competentes, estrutura de preços e contratos com clientes e fornecedores.

Até a data de autorização para a emissão destas demonstrações contábeis, não foi possível mensurar os impactos quantitativos da Reforma Tributária, em função das incertezas relacionadas ao período de transição, à definição das alíquotas aplicáveis e à regulamentação infralegal ainda em desenvolvimento. A Administração continuará acompanhando a evolução da legislação e dos atos normativos complementares, revisando suas análises, estimativas e divulgações conforme aplicável.

19 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, 26 de fevereiro de 2025, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Empresa.

Paulo Alessandro Gonçalves
CPF: 293.727.338-65
CRC: 1SP 227.060

Pedro Augusto Barquete Rezende
Diretor Presidente.
